



Mendicantes e Pregadores: para uma cultura da solidariedade ao serviço da pregação

Fr. Brunno Cadoré, O. P.

Em um mundo com a uma quantidade de riqueza e uma circulação de dinheiro sem precedentes, porém onde pode o abismo entre ricos e pobres aumenta cada vez mais, a Ordem não pode permanecer indiferente, nem permitir que as “lógicas do mundo” determinem as relações entre nós. Por isso, devemos desenvolver entre nós uma “cultura da solidariedade”, autêntica e exigente, de modo que nossa pregação esteja enraizada na procura de um mundo igualitário. Tal cultura também pode ajudar a fortalecer nossa unidade, que é uma característica fundamental de nossa ordem.

Introdução: *uma cultura da solidariedade a partir da mendicância*

Mendicância

A Ordem dos Pregadores foi fundada como uma ordem mendicante e, ainda que resulte evidente que os tempos mudaram, é importante recordar sempre que este elemento quando falamos de nossa identidade dominicana. Sabemos que Domingos era exigente de modo radical face à pobreza: em sua época decidiu optar por um estatuto que o tornou solidário com aqueles que estavam em uma situação de abandono; também insistia em não ter propriedades, era, seja em nível pessoal ou comunitário. Isto o levou naturalmente a adotar o estatuto de mendicante, seguindo o exemplo do próprio Jesus (cfr. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, III, 40, 3). A mendicância, além de ser consequência de uma opção radical pela pobreza, manifesta também a opção de viver em dependência daqueles a quem os pregadores são enviados, à imagem da dependência de Jesus e dos primeiros apóstolos quando vão ao meio de vilarejos e cidades para proclamar o Reino de Deus (Lc 8, 1-3). Esta dependência manifesta a vontade de assumir o risco que implica uma certa precariedade material, um abandono à Providência Divina (à imagem de São Domingos) e a opção por uma pregação itinerante. Por isso, quando falamos de solidariedade face à missão universal da evangelização, recordamos que é necessário se apoiar mutuamente, dentro da itinerância evangélica que qualifica nossa vida (itinerância por causa do Evangelho) e que determina nosso objetivo (itinerância para levar o Evangelho).

Por razões diferentes, não resulta nada fácil optar hoje por uma precariedade mendicante. Temos o dever de responder a certo número de obrigações como por exemplo, a formação dos frades mais jovens ou uma atenção de qualidade para os idosos, os meios necessários para a segurança de saúde ou para a pensão de velhice, além da manutenção razoável de nossos lugares onde viver e celebração. Se tivermos em conta a realidade social que sofrem muitas pessoas em tantos países, não seria nem saudável, nem justo que nos identifiquemos com eles. Além do mais, dado que existem sistemas de solidariedade estabelecidos entre os membros de cada sociedade, os religiosos não podem pôr-se voluntariamente em uma situação onde os demais teriam a obrigação de subsidiar as necessidades que eles mesmos poderiam cobrir. Isto não quer dizer que a opção por certa “frugalidade e simplicidade de vida” não deva constituir uma opção concreta para não distanciarmos dos mais necessitados, nem descobrir que nos solidarizamos com os ricos e poderosos sem nem sequer tê-lo decidido realmente. Por isso, é necessário reconhecer que progressivamente nos temos ido acostumando a certos níveis

de vida que nos exigem assegurar a quantidade de recursos correspondente e que nem sempre estamos dispostos a baixar a certos níveis de vida e de conforto que temos em muitos países. Do mesmo modo, em muitos lugares nos acostumamos a ser proprietários de grandes bens imóveis e, quando não, procuramos sê-lo. Porém depois seremos dificilmente capazes de renunciar a esses bens para cobrir outras necessidades mais essenciais, ainda quando, à vezes, necessitamos pedir a generosidade de outros para poder nos manter.

Por isso, não podemos permanecer em puras palavras, mas sim devemos nos deixar interpelar por uma reflexão sobre a mendicância que nos conduza a avaliar objetiva e humildemente o que tal opção supõe e a refletir sobre quais são as necessidades reais em vista das quais pedimos a ajuda dos demais. Deve nos preocupar, especialmente, uma pergunta: em que medida nossa relação com a mendicância nos coloca em uma situação de dependência diante dos demais, para cobrir as necessidades de nossa vida cotidiana e em que medida vemos a mendicância como a maneira moderna de pedir aos demais que financiem necessidades que nos mesmos estabelecemos? Ou queremos, ao contrário e de maneira mais justa, pedir o apoio dos demais, aprendendo a determinar a partir de “relações vivas” (LCO,99 II) o nível de vida que seria adequado para a nossa missão de pregadores?

Solidariedade e bem comum.

Os últimos capítulos (ACG Roma 2010 §§ 57,72-73; ACG Trogir 2013 §§ 48, 57, 111, 29^a), nos convidam a nos questionar face a nossa maneira de viver a pobreza e a mendicância, a partir do quadro mais global de uma autêntica cultura da solidariedade. Esta perspectiva poderia nos ajudar a viver o risco (assinalado com frequência durante as visitas a nossas províncias) de tomar decisões apostólicas que na realidade, terminam seguindo critérios mais relacionados com a segurança econômica do que com a missão, algo que muitos frades dizem lamentar.

Visitando as províncias, se pode ouvir, por exemplo, frades que lamentam a necessidade de conservar algum trabalho bem remunerado que, no entanto, os impede responder a uma necessidade mais urgente ou a outros que se lamentam por que a decisão de permanecer em um lugar determinado está ligada à sua rentabilidade mais do que uma real necessidade de lugar. Certamente, as questões econômicas devem ser levadas em conta dentro da organização de nossa vida apostólica, porém como fazer para que elas não se convertam em um critério reducionista que nos obstaculizam a responder às necessidades da evangelização ou para responder de mo criativo?

Desde a fundação da Ordem houve numerosas formas de solidariedade entre as diversas entidades. Tais formas permitiam o desenrolar de nossa missão e reforçaram nossos laços fraternos de solidariedade ao longo dos séculos. No entanto, uma cultura da solidariedade forte entre nós significaria, entre outros elementos, ouvir o chamado a não centrarmos prioritariamente em nós mesmos, mas se deixar expropriar de si mesmos, seguindo a bela expressão utilizada no ano 2000 pelo Cardeal Ratzinger para designar as exigências espirituais da nova evangelização. A expropriação de nós mesmos por meio da atenção às necessidades, dos demais poderia constituir o meio de onde emirja ou de onde se enraíze a consciência da responsabilidade apostólica comum para a qual se ordena, num segundo momento, a organização de nossa vida material concreta. Deste modo, a solidariedade não significaria simplesmente constituir um fundo de recursos, graças ao qual cada um pode realizar seus próprios projetos com a ajuda econômica dos outros, mas uma maneira de viver entre nós baseada num afã comum pela pregação, que nos torne capazes de ajustar nossa vida concreta às necessidades de maneira solidária por todos.

Tomemos como exemplo a formação inicial dos frades, que poderia ser um dos elementos prioritários da responsabilidade comum já que a preparação dos frades pregadores do amanhã deve ser uma verdadeira preocupação de todos. Neste campo, se pode constatar uma grande desigualdade entre os frades da Ordem, seja com respeito aos recursos para assegurar a vida cotidiana das casas de formação, seja quanto aos meios para a vida acadêmica (bibliotecas, instrumentos de trabalho, matrículas universitárias) ou a possibilidade de experimentar a universidade da Ordem. Se cada frade

em formação faz uma profissão para a Ordem deveríamos procurar a melhor maneira de assumir esta realidade a partir do ponto de vista econômico, de maneira que cada um possa se beneficiar dos meios necessários para sua formação e seus estudos iniciais. Também se poderia citar a necessidade de solidariedade face aos estudos acadêmicos complementares e especializados que cada província tem a obrigação de brindar os frades para assumir tal dimensão da missão da Ordem. Existem iniciativas de solidariedade entre algumas províncias para o campo da formação e a generosidade de algumas entidades é admirável. Sem dúvida, poderíamos melhorar ainda mais a eficácia deste apoio se estruturássemos melhor a solidariedade no âmbito de toda a Ordem: mediante ajustes e colaborações prolongadas entre as numerosas estruturas de formação existentes nas províncias que têm suficientes recursos de casas com a finalidade de liberar forças disponíveis, a sustentação de casas de formação ainda frágeis, bolsas de estudos, colaborações estruturadas para o ensino ou para a disponibilidade para reforçar as comunidades de formação, etc...

Quando se fala de solidariedade, a referência da Sagra Escritura que vem espontaneamente à mente é da primeira comunidade descrita nos Atos dos Apóstolos onde “todos os crentes estavam de acordo e tinham tudo em comum, vendiam suas propriedades e seus bens e o repartiam entre todos, segundo a necessidade de cada um” (At 2,44-45).

Sabemos bem que não se trata somente de partilhar com os demais ou partilhar nosso excedente de acordo com uma “boa vontade” generosa. Trata-se de ter a priori de ter uma estima pelas necessidades do outro e de considerar que ditas necessidades são, em certa medida, nossas. Quando aparece a tentação de resolver a questão da colocação em comum a partir do ponto de vista exclusivamente econômico, se deve dirigir o olhar rumo ao horizonte mais amplo no qual apareça a necessidade de nos solidarizar para responder às necessidades próprias da tarefa apostólica ou do reforço das comunidades, isto em virtude de nossa responsabilidade apostólica comum. O pecado da ocultação (ao que faz alusão o livro dos Atos) não é em primeiro lugar uma mentira, mas um abandono da preocupação pela unidade de todos que supõe, de maneira incondicional, confiança e estima mútuas. A mendicância é como uma escola que nos ensina assumir o papel de ser mendicantes da estima de todos os outros para nossas necessidades. Por uma parte, a colocação em comum dos bens é uma pedagogia da vigilância dos bens comuns que é fruto da preocupação pelas necessidades do próximo.

Renovação na Ordem

Os últimos capítulos gerais que fazem chamado para prover a cultura da solidariedade também pedem uma reestruturação da Ordem. Tal reestruturação se inscreve na perspectiva da renovação a que nos convida a celebração do Jubileu da Ordem. A mesma deveria ser definida não como uma racionalização de nossas estruturas, mas como o desejo de ordenar de uma melhor maneira nossas formas de organização, em função da missão da pregação. A questão central é a promoção e o respaldo da pregação da Ordem para a Igreja, lugares novos ou em lugares particularmente difíceis. A partir desta perspectiva, é importante que não somente se tenha em conta as entidades fortes, bem estabelecidas e asseguradas. De fato, o perigo das reestruturações em nosso mundo “globalizado” é o fato dar-lhe a preferência aos mais fortes, convidando os fracos a se unir a eles ou colocar-se sob sua proteção expondo-os assim à arbitrária boa vontade dos fortes. Ao contrário, em nosso esforço de reestruturação devemos ter em conta a complementariedade entre todas as formas de presença de pregação que a Ordem tem, seja mais fortes ou mais fracos. Por exemplo, os inícios de uma nova missão podem ser frágeis e precários e necessitar de um respaldo prolongado e coerente, ainda quando se queiram fazer rapidamente juízos sobre sua eficácia. Se saque certos lugares de pregação, que revestem uma importância particular são (e continuam sendo) vulneráveis e que dificilmente poderão a sustentação dos pregadores.

Este tipo de situações justifica que se organizem formas duráveis de solidariedade. A única perspectiva possível é, eu repito de novo, a da responsabilidade comum frente a pregação que nos brinda a todos dar a nós a possibilidade de levar juntos a Palavra aos lugares mais difíceis onde a fra-

gilidade e a precariedade serão a condição mesma do testemunho evangélico.

Claro está, essa cultura, da solidariedade deve se por no contexto global de nosso mundo. Uma das características do “mundo global” é a crescente distância entre ricos e pobres. De certo modo, esta distância também cresce entre nós. Entre as províncias e inclusive, algumas vezes, entre as comunidades no interior de mesma província. A distância que nos separa dos grupos mais pobres da população a que somos enviados também cresce (enquanto meios de transporte e de comunicação, acesso ao serviço de saúde, e educação...). Ao pensar em uma cultura da solidariedade nos vemos na obrigação de precisar o sentido que queremos dar-lhe ao fato de ser enviados a viver como irmãos do mundo e a testemunhar, por meio dessa fraternidade, a Palavra que se dirige a todos para nos propor a sermos amigos de Deus. Neste sentido, a solidariedade nos ensina a nascer para a fraternidade, tanto no interior de nossas comunidades como em nossa relação com aqueles aos quais somos enviados.

A solidariedade e os votos

A solidariedade não faz parte dos três votos tradicionais da vida religiosa, porém desde a perspectiva da mendicância, podemos compreender que uma cultura da solidariedade, tal e como a apresentamos, está relacionada com eles. Quando pronunciamos o voto de obediência na Ordem, pedimos a graça de consagrar nossa vida à Palavra a partir da itinerância própria do pregador. De certo modo, fazemos voto de ser mendicantes porque somos pregadores.

Domingos pedia aos primeiros frades que lhe prometiam obediência e vida comum. Parece-me que ao insistir na relação entre pregação e o esforço para construir a fraternidade, Domingos afirmava implicitamente que o serviço da pregação está unido intimamente ao mistério da graça pela qual Cristo constrói sua Igreja em uma fraternidade oferecida ao mundo como sinal da esperança da salvação. Comprometer-se na vida comum não é, como primeira medida, uma exigência proveniente de uma observância moral, mas antes o testemunho da esperança nessa obra misteriosa que significa nascer para a fraternidade. Os primeiros companheiros de Jesus na sua pregação viram-no solidarizar-se com a humanidade, com aqueles e aquelas que não tinham lugar na sociedade estabelecida por seres humanos como o leproso, o cego de nascimento, e o paralítico, incluindo os publicanos e pecadores com os que sentar-se na mesma mesa solidário com todos para a salvação de todos. Deste modo, os discípulos também aprenderam a viver essa mesma solidariedade como um caminho privilegiado para a pregação (cfr. Lc 8-10; Mat 10) As cartas apostólicas de Paulo deixam ver a dificuldade que experimentavam os novos crentes, ao longo do tempo, para criar entre eles verdadeiros laços de solidariedade. Suas cartas insistem no caráter essencial do aspecto econômico na vida dos discípulos de Cristo. O testemunho da vida fraterna não é o de ideal moral realizado plenamente, mas antes o testemunho da esperança em que o ser humano é capaz de se converter para a fraternidade, fazendo-se progressivamente solidário dos irmãos e irmãs que lhe são dados, inspirado pelo exemplo do Próprio Cristo (Em 2 Cor 8-9, São Paulo propõe um paradigma para refletir teologicamente sobre a solidariedade entre as comunidades cristãs). Neste sentido, a fraternidade solidária é uma modalidade privilegiada de “anúncio do Reino”. A promessa de obedecer, de escutar a Palavra para deixar-se guiar e pôr-se ao serviço do bem de todos, é o selo que marca a entrada em dita comunidade.

Toda conversão é, em última instância, uma obra da graça porém aquele que a deseja lhe compete procurar os meios e as condições concretas para se tornar disponível para a obra da graça em si mesmo. A partir deste ponto de vista, podemos dizer que a maneira de viver o voto de pobreza constitui um meio dentro desta preparação. Não podemos negar um paradoxo real em nossas vidas como religiosos: pobres ou mendicantes no começo, porém foi muito fácil e tão rápido instalar-se numa vida mais precisamente “aburguesada” e individual! Isto é certo desde o ponto de vista coletivo, e se entende porque São Domingos queria prevenir contra o instinto de propriedade que pode nos fazer agarrar-se aos bens antes que nos tornar disponíveis à mobilidade para a pregação. Também se pode ver, a partir do ponto de vista pessoal, em muitos de nós que chegamos à Ordem com tão poucas coisas, porém que agora, cada vez que recebemos uma assinação, devemos organizar mudanças cada

vez maiores devido à quantidade de livros acumulados e bens de todo tipo, para não falar de posições sociais ou acadêmicas. O voto de pobreza deve nos convidar, dia a dia. A deixarmos desinstalar desta tendência a “assegurar” nossa vida por nossos próprios meios, para optar por permitir que as “relações vivas” com as pessoas (e com os frades de nossa comunidade, de nossa província) seja finalmente nossa verdadeira segurança. Essa é a base desde a qual cada um receberá “os cem por um”.

Não devemos pertencer a lugares precisos que permanecem indiferentes diante dos demais, mas antes aceitar fazer-nos solidários dos países aos quais somos enviados. É possível trabalhar juntos para ganhar mais, com simplicidade de vida e frugalidade, não pelo prazer malsão de ser um “herói” da pobreza (o que levaria a estar cheio de si mesmo) senão para ganhar liberdade interior e uma confiança mútua que nos permitam confiar em que cada qual receberá verdadeiramente segundo suas necessidades. Isto implica também insistir na relação essencial que existe entre o voto de pobreza e a decisão de pôr nossos bens em comum. Deve-se reconhecer que a colocação em comum dos bens é uma das dificuldades maiores no interior das comunidades e entre as comunidades no interior de uma província. Todos nós conhecemos múltiplas estratégias para tratar de esquivar este compromisso e sabemos que ali se encontra um dos pontos mais difíceis da vida comum. Enfrentar-se com esta dificuldade significa experimentar em nossa própria vida o desafio que implica todo chamado para a solidariedade com os demais. A vida comum, o partilhar cotidiano da vida fraterna, a organização capitular da comunidade e a gestão concreta do bem comum, tudo isto constitui de certo modo uma “pedagogia” da solidariedade. Por isso, como comunidade é importante prestar-lhe atenção nas solidariedades verdadeiras e fortes que nos unem (dentro das comunidades das províncias) e criar solidariedades autênticas com os pobres de nosso mundo. Isto constitui um chamado a nos tornar seriamente o compromisso de optar por organizar nossa vida pessoal e comunitária sob o signo da precariedade, não sobre a segurança absoluta. Significa, uma vez mais. Optar por se deixar desinstalar e “expropriar de se mesmo”.

O voto religioso de castidade faz parte deste movimento porque nos convida a certa desinstalação afetiva. Depois de ter vivido alguns meses em uma comunidade com bastantes precariedades e na proximidade de muitas pessoas vítimas da pobreza, um frade sustentava que o que mais questionava esse tipo de apostolado para os religiosos não era tanto o voto de pobreza como o de castidade. É verdade que padecer a pobreza não é algo desejável para ninguém e que nunca poderia consistir um “valor” em si mesmo. Porém, comprometer-se a viver em solidariedade com os pobres convida a aprofundar e a cultivar ainda mais o compromisso da castidade. Quer dizer, convida a procurar a distância justa que lhe é oferecida realmente um espaço de liberdade para cada um. A precariedade que implica o voto de castidade dentro do celibato continente consiste em uma certa insegurança diante da solidão, com a esperança de que a partir da carência nasça uma disponibilidade mais forte para viver nossa capacidade de nos solidarizarmos com o modo que Cristo o fez em sua própria humanidade. Por isso, a castidade conduz tanto a certa atitude na existência como para a aprendizagem de certa qualidade de relação com aqueles que passam necessidades, descobrindo que não se trata tanto de cobrir necessidades, mas muito mais de “unir trajetórias” numa relação de solidariedade que libere a uns e a outros.

Solidariedade na missão e testemunho para o mundo

Nas visitas às diferentes entidades sempre é importante recordar que a Ordem possui uma unidade orgânica. A Ordem não é uma somatória de entidades autônomas que fizeram um contrato entre elas, como se tratasse de uma “federação”, como tampouco uma província é a somatória de comunidades justapostas, nem uma comunidade é justaposição de frades individuais. A perspectiva de uma realidade “orgânica” é de certo modo integradora (cfr LCO 1 VII), é em si mesma uma forma de anúncio do Reino: se aspiramos a um mundo em que o Deus da Aliança poderia aceitar ser rei no qual os irmãos já não buscariam outros “reis” fabricados à sua própria imagem, é conveniente se esforçar para que nosso mundo (com as capacidades e limites humanos) seja um mundo no qual todos possam habitar. Esse mundo ao qual aspiramos não pode se reduzir a uma organização contratual entre entidades ou entre indivíduos autônomos, deve ser um mundo em que os destinos de uns e de outros estejam unidos numa mesma existência assim como estão unidos numa mesma esperança em Deus, que é a fonte da comunhão entre seres humanos e aquele que pede sua participação ativa. Essa seria a pregação da fraternidade a que contribui muito especialmente o compromisso com solidariedade.

Dentro deste horizonte se pode dizer que em nossas comunidades, o tema da relação aos bens materiais, e em particular ao dinheiro, não só coloca de manifesto as noções de vida social (socialite) que temos e queremos promover, mas também a esperança real que temos no poder transformador do “exercício da comunhão fraterna” (cfr. E. Levinas, “Socialite et argent, em C. Chaliel et M. Abensour, Canier de l’Herme. Emmanuel Levinas, Éditions de l’Herme, Paris 1991) p. 134-138 —texto em que a “socialite” designa a dinâmica das relações sociais que organizam e determinam uma sociedade e uma cultura).. As regras que nos guiam neste campo não existem para “moralizar” a vida religiosa, mas antes para inscrevê-la dentro de um horizonte teológico e para dar-lhe a nosso atuar concreto uma perspectiva escatológica. A partir da perspectiva do dito horizonte (graças à força surgida da esperança que ele pode oferecer) se poderiam afrontar os possíveis erros, com a finalidade de corrigi-los (economia paralela, resistência à colocação em comum dos bens, consumismo, garantia da vida pessoal, prioridade dada aos laços familiares ou aos apoios privados acima da solidariedade comunitária, alianças estabelecidas sobre a base de dependências afetivas...). Corrigir-se nisto não significa, em primeiro lugar, fazer juízos morais sobre as pessoas, porém mais precisamente uma criatividade dentro da solidariedade da vida fraterna.. Do mesmo modo, perspectiva teológica é a que nos ajudaria a definir as prioridades em favor dos mais pobres, dos menos ricos, dos menos produtivos dentro de uma comunidade e para orientar os meios rumo a uma independência solidária no interior da mesma (gestão em comum, dar a cada um segundo suas necessidades...).

Este mesmo horizonte é o que pode orientar as relações de solidariedade dentro de uma província. Há questões que aparecem com frequência dentro das províncias: a distinção entre comunidades ricas e comunidades pobres (às vezes, as mais ricas ajudam as mais pobres, porém em certos casos, segundo critérios que dependem da iniciativa das mais ricas); existe uma desigualdade entre aquelas comunidades que prestam constas de sua gestão com transparência que corresponde àquelas que, de certo modo, ocultam; em muitos lugares se criaram instituições apostólicas que, certamente promovem a pregação, que podem ter a tentação de se tornar autônomas com respeito à Província. Quando não estão expostas a que algum frade responsável se converta praticamente em seu proprietário. Em certo sentido geral, várias províncias chamam para si fazer reflexão sobre os laços que estabelecem progressivamente entre as opções apostólicas e a preocupação pela rentabilidade econômica: é certo que esta dimensão não pode ser ignorada, porém trata-se de evitar que, por razões econômicas não explícitas, as atividades de pregação orientem nossa solidariedade para aquele que possa garantir nossa própria segurança. Vale a pena assinalar também a questão das relações que podem se dar no interior de uma província com as comunidades, instituições ou vicariatos que se consideram pouco participativos. Neste sentido, demasiada frequência, a realidade econômica se converte no primeiro, e às vezes, no único modo para definir as relações com os demais. Como a Ordem revela, através de todas estas realidades, o mundo? É importante tomar consciência

radical de trabalhar em prol de nossa comunhão, referência de face para o mundo. A questão da opção pelos pobres é central, porque constitui um critério de análise, autenticação e discernimento (a quem nos aproximamos?) De que maneira nossas comunidades estão unidas pela solidariedade com o conjunto de uma província ou da Ordem?

A Ordem se coloca perguntas, especialmente, nos campos da saúde e da formação inicial no que se vê maior desigualdade entre nós. Porém, também se pode questionar os nexos com alguns meios que podem parecer bastante incompreensíveis do ponto de vista do conjunto da Ordem. Também se deve mencionar que existe uma grande desigualdade no acesso aos meios para a vida apostólica ou de inserção apostólica e também, às vezes, na liberdade apostólica. Por exemplo, se pode aceitar o encargo de paróquias (ou às vezes, pedi-lo) para viver dele, porém isto em detrimento de dar prioridade ao trabalho educativo, à promoção dos pobres e das mulheres ou a proteção das crianças.

Para o bom funcionamento da solidariedade entre nós é indispensável que se exija clareza, transparência, objetividade e precisão na prestação de contas. Ao mesmo tempo, é importante que não se peça isso aos mais fracos, àqueles que carecem das coisas essenciais, um sistema de contas que não se lhes pede nem aos mais fortes. É certo que o mundo funciona assim, porém é importante que nós, que queremos anunciar uma boa notícia com a Palavra e exemplo, nós resistimos a essa tentação.

Cultivar uma cultura da solidariedade

Dando resposta a uma solicitação do Capítulo geral de Roma que havia pedido ao Mestre criar um “departamento de apoio para a missão” (ACG 2010, 231), criou-se um departamento de solidariedade que agora se chama Spem Miram Internationalis. Seu objetivo principal é promover o desenvolvimento da cultura da solidariedade da que estamos falando e de administrar os fundos de solidariedade em tal perspectiva. Porém esta gestão deve encontrar seu sentido nas grandes linhas de uma cultura da solidariedade e sua pertinência na medida em que uma “cultura comum de solidariedade” conte com o apoio de todos

Podem-se identificar alguns requisitos necessários para tal cultura. Esta deve se apoiar numa consciência apostólica comum e em prioridades assumidas por todos. Por exemplo, não será possível criar uma solidariedade na área da formação inicial se todos não estamos convencidos de que é mais importante promover as vocações para toda a Ordem que se limitarmos a pensar somente na entidade a que pertencemos. Isto mostra, uma vez mais, que a Ordem não é uma “federação” de províncias (ainda que seja importante que as entidades tenham um autêntico enraizamento local, cultural e eclesial). Este enraizamento no “particular” é essencial para que cada entidade contribua para promover a missão da Ordem em sua dimensão de serviço à Igreja universal. A solidariedade será possível entre nós na medida em que possamos alcançar um conhecimento e uma estima reais para com os projetos desenvolvidos por uns e outros. E, finalmente se queremos progredir na solidariedade, isto implica que cada um esteja animado por uma determinação para se restringir ao “realmente necessário”, pon-do o restante a disposição de todos.

Nesta perspectiva, peço a todas as entidades, comunidades e províncias, que reflitam sobre a melhor maneira de viver esta solidariedade no interior da Ordem. É possível identificar diversas formas de contribuir para este projeto de solidariedade: contribuições periódicas das comunidades ou das províncias para os fundos de solidariedade da Ordem, que sustentam os projetos apostólicos e de formação das entidades mais frágeis; colaborações para a formação dos frades jovens; alianças em torno de temas específicos (por exemplo, no campo da educação ou da proteção da infância); partilhar e nossos “recursos humanos” (professores, pastores, especialistas)); responder a solicitações, partilhar com nossos “recursos a nível de relações”, (às vezes somos bastante “zelosos” com nossos benfeitores!). As comunidades e províncias podem cada uma, a seu nível, tomar a decisão de se apoiar os projetos de solidariedade da Ordem. O departamento, Spem Miram Internationalis garante a continuação dos projetos que se propõem ao Mestre da Ordem e supervisiona para que o dinheiro seja empregado de modo correto de modo que as comunidades e províncias doadoras tenham segurança a respeito

da destinação dada às suas generosas contribuições. (Cf o site da internet de Spem Miram Internationalis, www.spemmiram.org, apresenta os objetivos e procedimentos para apresentar candidaturas de projetos, oferece formulários com este fim e mostra os avanços nos projetos financiados por meio dos diferentes fundos)

Está claro que para um bom desenvolvimento da solidariedade são necessárias uma série condições: a exigência de contas claras, os informes do que se tem conseguido, as manifestações de gratidão; mas também está o propósito de não se fechar em atitudes de vitimação ou de dependência infantil. Há pouco, um frade me fazia tomar consciência de que nossa dinâmica de solidariedade se veria fortalecida se, talvez, encontrássemos a maneira de desenvolver todos juntos um projeto de solidariedade dirigido a pessoas diferentes de nossos mesmos. Este frade partilhava um sonho de que isto fosse uma maneira de celebrar o jubileus da Ordem: Dar ao mundo o que recebemos!

Ito poderia servir como ponto de apoio para concluir esta carta sobre a cultura da solidariedade. É verdade que necessitamos de desenvolver ainda mais a solidariedade, o que seria um elemento essencial para consolidar a unidade da Ordem, Porém, como já assinalamos no início desta carta, a cultura da solidariedade deve tomar como referência o fato de que Domingos nos tenha transmitido uma Ordem que optou por ser pregadora enquanto mendicante à imitação d'Aquele cuja vinda queremos anunciar ao mundo: a Palavra de Vida que se apresenta como mendicante da hospitalidade da humanidade para manifestar que, no Filho quer solidarizar-se com o mundo.

Vosso irmão,

Fr. Brunno Cadoré, O. P.
Mestre da Ordem dos Pregadores

Prot. 50/14/370 Letters to the Order

Tradução de **frei Eduardo Quirino de Oliveira, OP**

© Todos os direitos reservados — Citar fonte: Dominicanos no Brasil — <http://www.dominicanos.org.br>